



GEOPAUTA

ISSN: 2594-5033

geopauta@uesb.edu.br

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Brasil

Silva 1 <https://orcid.org/0000-0003-2462-9420>, Tânia Costa; Veiga
2 <https://orcid.org/0000-0001-6415-6053>, Daniela Andrade Monteiro
AS RELAÇÕES SOCIAIS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO
GEOPAUTA, vol. 3, núm. 2, 2019, -, pp. 142-157
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Brasil

DOI: <https://doi.org/10.22481/rg.v3i2.5649>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=574362250012>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UAEM
redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

AS RELAÇÕES SOCIAIS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Social relationship in urban space production

Relaciones sociales en la producción del espacio urbano

Tânia Costa Silva ¹ <https://orcid.org/0000-0003-2462-9420>

Daniela Andrade Monteiro Veiga ² <https://orcid.org/0000-0001-6415-6053>

¹ Especialista em Análise do Espaço Geográfico pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)- Brasil. Assistente Social na Política de Habitação de Interesse Social, na Prefeitura municipal de Vitória da Conquista –Bahia-Brasil, e-mail: tania17costasilva@gmail.com

² Doutora em Arquitetura pela Universidade Federal da Bahia- UFBA-Brasil. Professora Adjunta do Departamento de Ciências Exatas e Tecnológicas (DCET) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), e-mail: dveiga@uesb.edu.br

Resumo

O presente artigo aborda qualitativamente a produção das cidades em meio às relações sociais que se estabelecem. A cidade para o capital é um objeto de valor. A alienação e fetiche moldam os sujeitos na sua construção, negando-lhes a noção da realidade concreta e a opção de escolhas conscientes. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que expõe as perspectivas de estudos sobre as relações sociais na produção do espaço urbano, com destaque para as inferências da provisão habitacional nesse processo. Conclui que a lógica perversa da razão econômica conduz a produção do espaço urbano marcado pela desigualdade e o consequente agravamento da questão de vulnerabilidade social.

Palavras-chave: Cidades. Produção do espaço. Relações sociais.

Abstract

This article deals qualitatively with the production of cities in the midst of established social relations. The city for capital is an object of value. Alienation and fetish shape the subjects in their construction, denying them the notion of concrete reality and the choice of conscious choices. This bibliographic research exposes the perspectives of studies on social relations in the production of urban space. It concludes that the perverse logic of economic reason drives the production of urban space marked by inequality and the consequent aggravation of the issue of social vulnerability.

Keywords: Cities. Space production. Social relationships.

Resumen

Este artículo trata cualitativamente la producción de ciudades en medio de relaciones sociales establecidas. La ciudad para el capital es un objeto de valor. La alienación y el fetiche dan forma a los sujetos en su construcción, negándoles la noción de realidad concreta y la elección de elecciones conscientes. Esta es una investigación bibliográfica que expone las perspectivas de los estudios sobre las relaciones sociales en la producción del espacio urbano. Concluye que la lógica perversa de la razón económica conduce a la

producción de espacio urbano marcado por la desigualdad y el consiguiente agravamiento de la cuestión de la vulnerabilidad social.

Palabras clave: Ciudades. Producción espacial. Relaciones sociales

Recebido em: 28/09/2019

Aceito para publicação em: 29/11/2019

Introdução

O presente artigo aborda a produção das cidades em meio às relações sociais que se estabelecem. Na sociedade capitalista e contemporânea, tudo fica mais complexo, de forma que a verdade absoluta se afasta. Cada conceito tem formas diferentes de ser explicado e explorado. A habitação, um direito, uma necessidade básica social, é convertida em mercadoria de valor em movimento, que antes de tudo, serve aos interesses dominantes e para o acúmulo de capital.

A cidade para o capital é um objeto de valor. A alienação e fetiche moldam os sujeitos na sua construção, negando-lhes a noção da realidade concreta e a opção de escolhas conscientes que atendam às suas reais necessidades. Assim, o capitalismo reproduz toda sua força de dominação.

A metodologia empregada consiste em uma pesquisa bibliográfica e documental, que expõe as perspectivas de estudos sobre as relações sociais na produção do espaço urbano. Recorre a autores renomados no tema para debater as relações sociais, a alienação e o fetiche na dinâmica das cidades e busca compreender a produção das cidades brasileiras, a reprodução do capitalismo e a contradição social que se estabelece na produção do espaço, destacando nesse processo as inferências da provisão habitacional ocorrida na última década no Brasil.

As relações sociais e a alienação dos sujeitos na dinâmica da cidade

O desenvolvimento das cidades nem sempre ocorre de forma planejado e ordenado, desde as grandes metrópoles às cidades de médio porte, até mesmo as muito pequenas. Esse desenvolvimento é dinâmico em um movimento dialético, determinado pelas relações sociais que se estabelecem, nem sempre harmônicas, ou em sua maioria conflituosas, dadas às relações de poder de natureza política ou não, determinadas pelo

modo de produção capitalista e sua acumulação desigual. Não obstante, nem sempre os sujeitos sociais se percebem nesta dinâmica, ou se dão conta de como o movimento do capital econômico moldam e determinam suas vidas.

A alienação e o fetiche podem ser compreendidos como a ausência ou a não consciência das coisas e do mundo, no contexto da globalização mundial permeiam a lógica capitalista e constituem-se em formas ideológicas que mascaram as contradições do real. Assim como é intrincado a compreensão da distinção entre interesses, necessidades e desejos, para as pessoas imersas nessa “loucura da razão econômica”³.

A produção do espaço urbano, ou da cidade, é consequência da busca pela satisfação dos desejos e dos interesses⁴ dos seus cidadãos em diferentes tempos e circunstâncias. Considerando, portanto, o significado semântico de “interesse” conforme argumentado por Nunes (2010), ou seja:

[...] É o sentimento que nos leva a procurar aquilo que é necessário, agradável, aquilo que nos é útil, que nos importa [...] a força motriz do indivíduo e da sociedade é o interesse. Por ele, proclamam-se convicções e opiniões. Por ele, luta-se. Sua natureza, então, detona consequências sociais, expurga ou atrai malefícios [...] Nosso interesse pode ser por um bem imóvel, móvel, ou espiritual, não corpóreo, como a vida, a liberdade, e a honra. Devidamente interessado por um bem, o indivíduo luta pelo direito a este. [...] Compartilhando bens com outros homens, os interesses de cada um dos indivíduos serão reavaliados, tomam outra dimensão. Desta forma, contextualizam-se o *eu* e os *demais*, fazendo surgir necessidades que serão presentes e mutáveis. A mutabilidade se exprime em razão da alteração da posição social do indivíduo e do caráter central da sociedade a que pertence, com os seus valores materiais e morais (NUNES, 2010, p. 2-4).

O interesse por emprego e melhores condições de vida da população mais vulnerável, principalmente daqueles que se dirigiram inicialmente às cidades em busca de oportunidades, com consequente fixação em lugares inadequados, onde e como pudessem se acomodar no território urbano, informalmente e de forma desordenada, trouxe como consequência a segregação espacial, processos de favelização, a periferização, dentre outras formas de produção e reprodução do espaço urbano. Estes

³ Conceitos descritos por David Harvey e debatidos por Erminia Maricato na Conferência de lançamento do livro “A Loucura da Razão Econômica”, evento realizado pela Editora Boitempo. TV Boitempo. **David Harvey:** A loucura da razão econômica e as cidades | Conferência completa com tradução. [S. l.: s. n.], 2019. 1 vídeo (1h 39min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2Sr7beJ7Fas>. Acesso em: 21 de set. de 2019.

⁴ Sobre os sentidos contraditórios inerentes às ações, sentimentos, desejos humanos e aos conceitos estabelecidos em uma sociedade, ver: AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

processos, compreendidos por alguns como problemas ou impasses urbanos, são considerados nessa narrativa como forma de produção do espaço fruto das relações sociais.

A necessidade por tratamentos de saúde, educação, entretenimento que norteiam os movimentos pendulares entre centros urbanos, com diferentes dimensões, definem fluxos de pessoas que buscam atender os seus interesses (desejos ou necessidades), estes, incompatíveis ou inexistentes em seus espaços urbanos originais de moradia. As necessidades, interesses, ou utilidades vinculam-se aos indivíduos e se fazem presentes em razão de um contexto social ou pessoal. Nesse sentido, a análise da socióloga Eva Blay, realizada em 1978, procede afirmando que:

[...] na cidade as necessidades se apresentam concentradas, ao satisfazer a primeira, imediatamente o indivíduo passa a ter novas necessidades. Às novas necessidades correspondem novas relações sociais entre os homens, o que lhes cria uma “interdependência materialista”. Isto é, os homens se ligam entre si, não por serem indivíduos, mas por serem forças produtoras privadas. Os indivíduos deslocam seus objetivos como seres humanos para privilegiar a satisfação de necessidades materiais [...] Premido a abandonar o campo, incapaz de ser absorvido pelas cidades pequenas, o indivíduo migra para os grandes centros urbanos buscando a liberdade de vender sua força de trabalho para poder sobreviver (BLAY, 1978, p. 15).

A sociedade torna-se cada vez mais complexa, as necessidades aumentam, tornando-se igualmente complexas. Cabe uma constante reflexão sobre a reprodução das relações sociais capitalistas demarcadas pelo fetiche e alienação que se expressam nos processos de produção do espaço e nas relações entre atores sociais. Carlos (2001) acrescenta que:

A produção espacial realiza-se de modo a viabilizar o processo de reprodução do capital. A cidade se apresenta como a materialização das condições gerais do processo em sua totalidade. Todavia este é apenas um lado da moeda, o outro refere-se ao trabalhador e ao consumidor de modo geral. Este ponto de vista implica considerarmos a necessidade de se morar, habitar e viver num determinado lugar. (CARLOS, 2001, p. 41)

Em especial o fetiche da mercadoria habitação está vinculado direta ou indiretamente a muitas outras necessidades. Os interesses divergentes sobre esta mercadoria escondem a reprodução de um modelo que desconsidera as relações sociais

pré-existentes inerentes às pessoas que ali irão “perceber-viver-conceber”⁵ o espaço urbano. Transpõe a necessidade social de uma moradia o desejo imposto por uma nova determinação da necessidade do capital que ao promover sua expansão necessária a sua manutenção, na sua fase atual de financeirização⁶, procura estabelecer uma relação social de dependência perpétua que é renovada incessantemente nessa relação de compra e venda, localização e valorização, abrigo e estilo de vida impulsionada pelo marketing e a propaganda, gerando os processos determinantes da alienação e do acúmulo de capital.

Os sujeitos envolvidos no processo de produção e reprodução do espaço estão tão envolvidos no fetiche das forças materiais e dos desejos (ou interesses impostos), que concebem como seus, que são incapazes de decifrar a realidade. Desse modo, não se dão conta de que a cidade é um objeto de lucro para o capital e que pouco importa seus desejos abstratos. Marx afirma:

Seu poder social, assim como seu nexos com a sociedade, [o indivíduo] traz consigo no bolso. [...] O caráter social da atividade, assim como a forma social do produto e a participação do indivíduo na produção, aparecem aqui diante dos indivíduos como algo estranho, como coisa; não como sua conduta recíproca, mas como sua subordinação a relações que existem independentemente deles e que nascem do entrelaçamento de indivíduos indiferentes entre si (MARX, 2011 [1857-1858], p. 107).

Cabe ainda a perspectiva de Marx quando se refere à essência humana como algo alienado. “A essência humana não é uma abstração intrínseca ao indivíduo isolado. Em sua realidade, ela é o conjunto das relações sociais” (MARX, 2007 [1845], p. 533). Nesse sentido, Ele aborda que:

A emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado ente genérico na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas forças próprias como forças sociais e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força política (MARX, 2007 [1845], p. 54).

⁵ Os conceitos de percebido-vivido-concebido se remetem a tríade existente na teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre.

⁶ Sobre o processo de financeirização da habitação consultar SHIMBO (2012), ROYER (2014) e FIX (2011).

O caráter social da atividade humana contraditória, alienante, mediada pelo fetiche resulta nas questões sociais que emergem nas cidades em decorrência da expansão promovida pelo capitalismo.

Para Carlos (2001):

[...] o espaço geográfico deve ser concebido como um produto histórico e social das relações que se estabelecem entre a sociedade e o meio circundante. Essas relações são, antes de mais nada, relações de trabalho dentro do processo produtivo da sociedade. Nesse contexto, o homem tem o papel central na medida que é sujeito, cuja humanidade é construída ao longo do processo histórico, concomitante à reprodução de sua própria vida. (CARLOS, 2001, p. 15).

A produção e reprodução do espaço como produto das relações sociais contida na obra *A produção do Espaço* de Lefebvre (2000) busca compreender a relação dos sujeitos com a materialidade que eles criam e as contradições que se dão no mundo cotidiano por meio de uma noção inovadora de espaço. Desse modo, Lefebvre (2000) concebe o espaço como produto.

Se o espaço é um produto, que produto é esse? Lefebvre (2000) segue identificando o caráter socialmente produzido do espaço. Argumenta que ao mesmo tempo em que o espaço está sendo produzido, ele interfere no produto. Entender esta dinâmica espacial e social e relacioná-la é fundamental e atemporal para entender o que acontece nas cidades brasileiras hoje, em 2019, ontem ou amanhã.

A produção de habitações, a ampliação das cidades brasileiras, a reprodução do capitalismo e a contradição social

Neste artigo as relações sociais, econômicas, políticas de produção do espaço, e mais especificamente as de provisão habitacional, são resultantes dos conflitos de interesses inerentes ao próprio sistema capitalista. No processo urbano de provisão habitacional efetivado no ambiente construído, bem como as formas de atuação do Estado, resultam na expansão das cidades.

Importantes estudos sobre as formas de produção habitacional, como os de Chinelli (1980), Andrade (1998), Sposito (2006), Teixeira (2014), Barcellos e Mammarella (2007) retratam diferentes realidades dos loteamentos, ou lotes urbanizados, e condomínios fechados produzidos nas periferias das cidades para

diferentes faixas de renda da população. Lima (1980) correlaciona a produção de lotes populares, na década de 1980, com a busca pela casa própria e a autoconstrução; Bonduki (1992), Rizek, Barros e Bergamin (2003) e Romanelli (2008) analisam a produção habitacional realizada em sistema de mutirão, e argumentam sobre a autogestão.

Na década de 1990, Castro (1999) estuda as formas de autofinanciamento promovidas pelo governo federal, e Nascimento (2011) conjuga a autoconstrução e a produção do espaço, em um contexto atual que abarca a provisão habitacional de diferentes faixas de renda da população. Caldeira (1997, p. 155), ao escrever o artigo “Enclaves Fortificados”, argumenta sobre uma nova forma de segregação urbana, destinada à população da classe média e alta, definindo os condomínios fechados como “espaços privados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho que, sobretudo em função do medo da violência, vêm atraindo as classes média e alta, enquanto a esfera pública das ruas se destinaria aos pobres”.

Nessa linha de investigação e em um contexto mais atual, entre outras publicações, destacam-se os artigos de Janoschka e Borsdorf (2004), que tratam da dimensão desses empreendimentos habitacionais no tecido urbano das cidades da América Latina, que atingem dimensões de bairros, e Andrade (2012) que possui um caráter de investigação ligado às ciências sociais, em que argumenta sobre “a cidade ideal do ponto de vista dos valores públicos e democráticos, que propicia a convivência entre os diferentes nos espaços públicos”, essa autora evidencia o arrefecimento dos espaços públicos, como parques, praças, áreas de lazer e cultura nas cidades.

Paralelo a essa produção formal, ocorre uma produção de “construções informais”⁷, de difícil quantificação, igualmente fruto dos conflitos de interesses existentes em uma sociedade capitalista. Ainda que em alguns momentos seja referendada a distinção entre formas de provisão habitacional pública ou privada, formal ou informal, legal ou ilegal, argumenta-se, neste artigo, que a análise da produção do espaço urbano deve abarcar indistintamente todas elas.

Com base na função do Estado de mediador dos conflitos entre os agentes envolvidos na provisão habitacional, e que as políticas públicas são instrumentos formulados para esse fim, foi referenciada, como apresentada a seguir, uma série de estudos realizados por diferentes autores ao longo de décadas, que de forma direta ou

⁷ Termo utilizado por Lícia Valladares na apresentação do livro de Ribeiro (1997).

indireta investigaram o complexo processo de provisão habitacional que ocorreu para todas as classes sociais ou faixas de renda da população, com tipologias e localizações diferenciadas, resultante dos conflitos entre os agentes envolvidos.

Em “Dos cortiços aos condomínios fechados”, Ribeiro (1997) analisa as relações entre propriedade fundiária e capital (imobiliário, de incorporação, de especulação) na produção das habitações. Essas relações interferem na “produção capitalista da casa e da (cidade)”⁸, e foram estudadas, também, por Singer (1978), Brandão (1980), Cardoso e Ribeiro (1996), Oliveira (1998) e, mais recentemente, por Arantes (2012), Shimbo (2012), e Royer (2014), entre outros.

A correspondência entre esses estudos fica clara na permanência e atualidade da afirmação feita por Oliveira (1982):

A pesquisa, em geral, dirige-se no sentido de determinar *como* o espaço socialmente produzido se põe a serviço da acumulação de capital, e, em especial, como esse espaço socialmente produzido, sustenta uma atividade produtiva tecnicamente atrasada. E de como, não por acaso, de uma forma contraditória, por utilizar esse espaço socialmente produzido, uma atividade produtiva tecnicamente atrasada pode ser das mais lucrativas. A imbricação entre *formas* “velhas” e “novas” ajuda a compreender o processo de formação da cidade, concretamente, e, para surpresa apenas dos energúmenos, de como precisamente as mais altas taxas de lucro se dão nas atividades que têm por consumidores as classes sociais de rendas mais baixas e não as que têm por consumidores as classes sociais de rendas mais altas. (OLIVEIRA, 1982, p. 15)

No contexto atual, ano de 2019, as etapas da produção social do espaço são condicionadas as regras e diretrizes estabelecidas por instituições financeiras. O lucro e a segurança do financiamento devem ser afiançados, garantidos para todas as faixas de renda da população. A segurança das instituições financeiras é posta como prioridade, até mesmo, nas diretrizes das políticas públicas, transpondo as condições de vulnerabilidade social e econômicas. Permanece, até os dias atuais, a exclusão da maior parcela da população que não tem acesso ao sistema financeiro de crédito.

O Brasil experimentou duas grandes expansões urbanas imobiliárias, a primeira de 1975 a 1980, ainda na ditadura militar, período do Banco Nacional de Habitação - BNH e a segunda de 2009 a 2015, durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), período do programa Minha Casa Minha Vida - MCMV. Em relação ao último, é

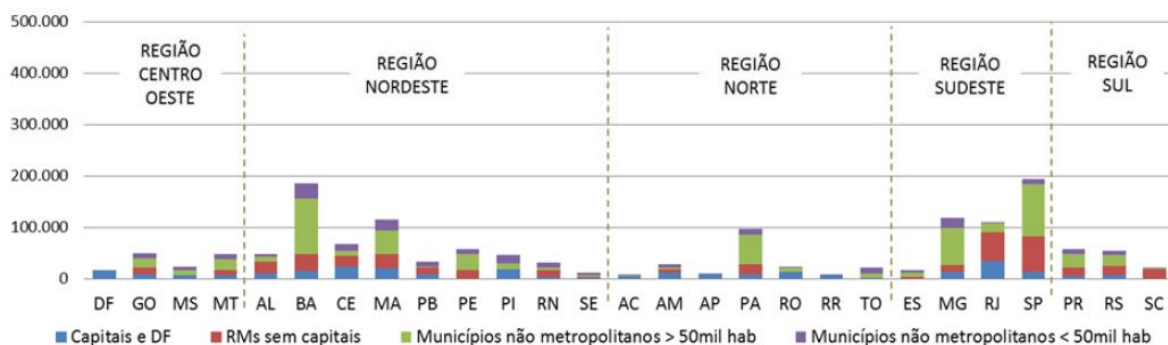
⁸ Título da coletânea organizada por Ermínia Maricato (1982).

notório que nunca se produziu tanta habitação no país, mas contraditoriamente o preço das habitações disparou chegando a aumentar 225% na cidade de São Paulo. O déficit habitacional também aumentou em todo país. Acrescentam-se também os mais diversos problemas sociais que atormentam as cidades. “As cidades têm piorado”. “É uma bomba relógio.” “Avançamos, mais o *timer* continua a rodar”. (MARICATO, 2011. p. 9)⁹.

Destacando o contexto mais recente, na última década se observou uma larga expansão urbana, impulsionada pelas ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e pelo Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV. Veiga (2016) ao especializar a distribuição das unidades habitacionais contratadas pelo PMCMV nos municípios brasileiros demonstra que a lógica capitalista transpõe a lógica social e a demanda expressa pelo déficit habitacional

As habitações produzidas pelo PMCMV para faixa 1 (famílias com renda de até 1800,00 reais) representa quase metade dos investimentos totais, superando as outras faixas. No entanto, o déficit nesta faixa de renda foi o que mais subiu nos últimos anos. Isso porque a habitação é produzida como mercadoria e não é uma mercadoria qualquer. É uma mercadoria de valor em movimento quanto mais se produz, mais o preço comercializado dessa mercadoria aumenta. O déficit que se pretende atender com a produção de habitação, também aumenta, em decorrência da lógica da expansão promovida pelo capitalismo, ou da razão econômica, apresentada por Harvey (2019).

Gráfico 1 – Brasil Unidades Habitacionais na faixa 1 de renda: Estados (UF): Distribuição das unidades urbanas contratadas por grupo de município MCMV, para faixa 1 de renda-2014 (Posição em 30 de julho de 2014).



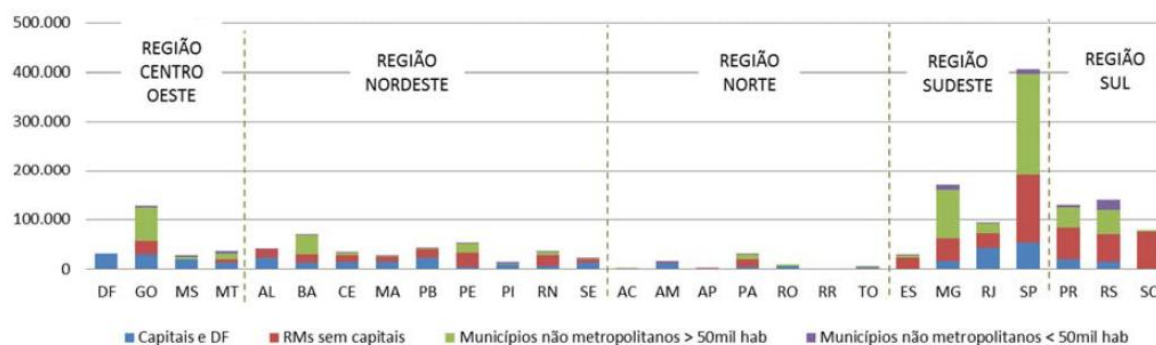
Fonte: Veiga (2016) com base em: Caixa Econômica Federal e Ministério das Cidades, 2014.

Obs.: Foram consideradas as regiões metropolitanas estabelecidas em lei até dez/2008.

⁹ Declarações feitas por Ermínia Maricato ao debater O impasse da política Urbana no Brasil. 2011.

No gráfico 1, os municípios não metropolitanos com população com mais de 50 mil habitantes foram os que mais receberam habitações do PMCMV faixa 1. Grande parte desses municípios está na região Nordeste e o Estado da Bahia foi o que melhor foi contemplado em número de unidades contratadas. Esses dados revelam também sobre a expansão urbana provocada nas cidades de médio porte e o perfil econômico da população contemplada.

Gráfico 2– Brasil: unidades habitacionais na faixa 2 de renda: Estados (UF): Distribuição das unidades urbanas contratadas por grupo de município MCMV, para faixa 2 e 3 de renda-2014 (Posição em 30 de julho de 2014).



Fonte: Veiga (2016) com base em: Caixa Econômica Federal e Ministério das Cidades, 2014. Obs.: Foram consideradas as regiões metropolitanas estabelecidas em lei até dez/2008.

Ao analisar o gráfico acima se verifica que na faixa 2 e 3 PMCMV não é mais a região Nordeste a ser contemplada em maior percentual e sim a região Sul e Sudeste, diferente da faixa 1 como se viu. O que evidencia ainda, a desigualdade social entre os Estados e regiões como herança do desenvolvimento regional desigual e combinado.¹⁰

Do ponto de vista quantitativo os dados apresentados soam como um crescimento positivo para as cidades de médio porte, do Nordeste, sobretudo da Bahia. No entanto, em uma análise qualitativa da realidade social desses municípios onde foram inseridos os empreendimentos do MCMV 1 e destinada grande parte dos recursos do PAC, pode ser percebida a grande “convulsão social” que ocorre nas cidades. Sobre isto Rolnik e Nakano (2009) já advertia:

A mobilização de investimentos públicos na indústria da construção civil tem sido uma das soluções keynesianas para momentos de crise econômica. Porém, existem armadilhas perigosas se a solução encontrada for um pacote habitacional baseado somente na ampliação do acesso ao crédito para a compra de produtos imobiliários, associada à desoneração da indústria da construção, sem conexão com nenhuma estratégia de planejamento urbanístico, fundiário e institucional. É perigoso confundir política habitacional com política de geração de

¹⁰ Ver OLIVEIRA, Francisco de. Elegia Para uma Re(li)gião. Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

empregos as quais, embora tenham relações óbvias, não são sinônimos. Construir moradias é produzir cidades. O risco é transformarmos o sonho da casa própria em pesadelos de cidades apartadas e insustentáveis. (ROLNIK; NAKANO, 2009)

A expansão urbana provocada que expurga a população pobre para áreas distantes não garante na mesma velocidade as condições essenciais de moradia, haja vista que serviços e equipamentos públicos não chegam à mesma velocidade. Além disso, é imposta a obrigatoriedade de se residir na unidade habitacional do programa. E muitas vezes esta unidade não atende as necessidades de um extrato desta população que vive em situação de extrema vulnerabilidade.

Em muitos casos, dada à forma de vida que habitava antes de ser contemplada, excluída da condição urbana, passa a ser obrigada a conviver com uma série de regras e com várias despesas a pagar, água, luz, IPTU, gás e a própria parcela do imóvel já que também estão incluídos no processo de financeirização. Ainda que nesta faixa o mutuário seja responsável pelo pagamento de 10% do valor do imóvel. Para muitos isso pode não significar um problema, mas para uma parcela muito pobre da população que sobrevive com menos de 80 reais de renda per capita mensal e foi inserida no sistema financeiro, isto é um grande problema. Têm-se aqui algumas das razões pelas quais a gestão condominial proposta pelo programa fracassou.¹¹

A falta de serviços básicos e segurança deixam esses espaços em expansão a mercê do tráfico de drogas, da criminalidade e de outras formas de controle e opressão. A população pobre, segregada, sofre com a falta de emprego e renda, dada a crise atual do capital ou a necessidade de sua manutenção em prol da exploração de trabalhadores. Essa “convulsão social” é definida no Serviço Social como o agravamento da questão social.

O contraditório é que esses espaços habitacionais, que expandem cidades, foram criados com o propósito de impulsionar a economia, gerar emprego e renda. Fruto de relações sociais complexas que consubstanciam interesses, necessidades e desejos em uma atmosfera de alienação. Nesse contexto a assistência social do município,

¹¹ Consultar portaria 464 de 25 de julho de 2018 que estabelece as normas e orientações para elaboração, contratação e execução do Trabalho Social dos Programas e Ações do Ministério das Cidades, incluindo: as intervenções de habitação e saneamento objetos de operações de repasse ou financiamento firmadas com o setor público; as intervenções de habitação objetos de operações de repasse com entidades privadas sem fins lucrativos; as operações inseridas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) dos demais programas que envolvam o deslocamento involuntário de famílias; e os empreendimentos executados no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), em todas as suas modalidades.

enfraquecida e desarticulada pelas ações e novas diretrizes federais, tem que agenciar a demanda interna da população residente desses empreendimentos habitacionais por direito à cidade ao mesmo tempo que diligenciar a demanda dos que não foram contemplados, integrantes de um cadastro que aumentou exponencialmente apesar do número de unidades habitacionais produzidas.

O trabalho social previsto na criação do programa e regulado até o momento pela portaria 464 de 25 de julho de 2018 do antigo Ministério das Cidades, que em 2019 foi transformado em Ministério do Desenvolvimento Regional, não dá conta das imensas demandas sociais dos conjuntos habitacionais. Esse trabalho também foi cooptado pelas empreiteiras e empresas em sua maioria criadas para lucrar com sua execução. Desse modo, o projeto de interação social e territorial não é efetivo. A população do MCMV 1 não guarda sentimento de pertencimento ao novo território que foi inserida. As ações para ingresso no mercado de trabalho também constante no plano de trabalho social, também não têm se efetivado. Além disso, não é um trabalho continuado, pois deixa a cargo dos municípios a continuidade, e estes não dão conta de continuar as ações.

A razão econômica anunciada para justificar a produção desses espaços urbanos destinados à habitação, comunga com a devastadora denúncia exposta por Harvey (2019). Reforça a ideia de como a produção urbana é a produção do valor que serve as forças do capital. Aplica-se também a reflexão sobre a questão, se o livre mercado é a melhor maneira de aumentar o padrão de vida das pessoas? Quais as consequências da inserção de uma população socialmente vulnerável no sistema financeiro e de crédito?

Considerações finais

O presente artigo abordou a produção das cidades por meio das relações sociais que são estabelecidas sob a dominação do capitalismo. Constata que esse perverso modo de produção impõe à classe trabalhadora a dura condição de subalternidade e alienação. Destacou as inferências da provisão habitacional nesse processo. Conclui que a lógica perversa da razão econômica conduz a produção do espaço urbano marcado pela desigualdade e o consequente agravamento da questão de vulnerabilidade social.

A habitação, um direito, uma necessidade básica social, é convertida em mercadoria de valor em movimento, que antes de tudo, serve aos interesses dominantes e para o acúmulo de capital. Até mesmo uma parcela socialmente vulnerável da

população foi inserida no sistema de financeirização, agravando ainda mais a questão social destas famílias.

A expansão urbana provocada pelo acelerado processo de provisão habitacional produz e reproduz as cidades e revela as faces da desigualdade social. Na cidade construída, o acesso não é igual para todos. Essa forma de acesso determina os guetos e acentua a desigualdade social. Entre 2009 a 2017 nunca se produziu tanta habitação nas cidades em tão pouco tempo. Contraditoriamente o aumento da produção da mercadoria habitação, elevou seu preço exponencialmente em relação aos custos de produção. Igualmente contraditório o déficit também aumentou com o aumento da oferta de habitações.

Referências

A LOUCURA da Razão Econômica na cidade. Conferência de Lançamento. Produção: TV Boitempo. TV Boitempo. **David Harvey:** A loucura da razão econômica e as cidades | Conferência completa com tradução. [S. l.: s. n.], 2019. 1 vídeo (1h 39min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2Sr7beJ7Fas>. Acesso em: 27 de set. de 2019.

ANDRADE, C. F. de S. L. **Parâmetros urbanísticos de loteamentos irregulares e clandestinos na Zona Oeste do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FAUFRJ, 1998.

ANDRADE, Luciana Teixeira de. Condomínios fechados da Região Metropolitana de Belo Horizonte: novas e velhas experiências. **Anais... ENCONTROS NACIONAIS DA ANPUR**, Brasília: ANPUR, 2012.

ARANTES, Pedro Fiori. **Arquitetura na era digital - financeira:** desenho, canteiro e renda da forma. Prefácio de Sérgio Ferro. São Paulo: Ed. 34, 2012.

BARCELLOS, Tanya M. de; MAMMARELLA, Rosetta. O Significado dos Condomínios Fechados no Processo Segregação Espacial nas Metrôpoles. In: **Anais dos Encontros Nacionais da ANPUR**, Belém: ANPUR, 2007.

BLAY, Eva Alterman. Habitação: a política e o habitante. In: BLAY, Eva Alterman (Org.). **A luta pelo espaço**. Textos de sociologia urbana. Petrópolis: Vozes, 1978.

BONDUKI, Nabil Georges. **Habitação e autogestão:** construindo territórios de utopia. Rio de Janeiro: Fase, 1992.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. O último dia da criação: Mercado, propriedade e uso do solo em Salvador. In: VALLADARES, Lícia do Prado. (Org.) **Habitação em questão**. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves Fortificados: a nova segregação urbana. **Novos Estudos**. CEBRAP, n.47 março, 1997.

CARDOSO, Adauto Lucio.; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Dualização e reestruturação urbana**: O caso do Rio de Janeiro. 1. ed. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ-FASE, 1996.

CARLOS, Ana Fani A. **Espaço e indústria**: São Paulo. Contexto, 2001.

CASTRO, Carolina Maria Pozzi de. **A explosão do autofinanciamento na produção da moradia em São Paulo nos anos 90**. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

CHINELLI, Filippina. Os loteamentos de periferia. In: VALLADARES, Lícia do Prado. (Org.) **Habitação em questão**. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

ENGELS, Friedrich [1891]. Friedrich Engels a August Bebel. In: MARX, K. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012

FIX, Mariana de Azevedo Barreto. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP 2011.

HARVEY, David. **A Loucura da Razão Econômica**: Marx e o capital no século XXI. Boitempo: São Paulo, 2019.

HEGEL. G.W.F. – **Fenomenologia do Espírito** – Prefácio, Introdução, Capítulos 1 e 2, Col. Os Pensadores, XXX. São Paulo: Abril, 1974.

HEGEL. G.W.F. **Fenomenologia do Espírito** – Prefácio, Introdução, Capítulos 1 e 2, Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1974.

JANOSCHKA, M; BORSODORF, A. Condomínios fechados and Barrios privados: the rise of private residencial neighbourhoods in Latin America. In: GLASZE, G.; C. WEBSTER & K. Frantz (Ed.). **Private Neighbourhoods**. N. 7, Global and local perspectives. London, Routledge, 2004.

LEFÈBVRE, Henri. **A produção do Espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. (original: La production de l'espace: 4. ed. Paris: Edidtons Ahopos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006

LIMA, Maria Helena Beozzo de. Em busca da casa própria: Autoconstrução na periferia do Rio de Janeiro. In: VALADARES, Lícia do Prado (Org.). **Habitação em questão**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

MARICATO, Erminia. **O impasse da política urbana no brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MARX, Karl [1843]. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl [1845]. Ad Feurbach. In: MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl [1871]. **Premier essai de rédaction de La guerre civile en France, em La guerre civile en France**. Paris: Éditions Sociales, 1972

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Minha Casa Minha Vida: Trabalho Social**. Portaria 464/2018. Brasília: [s. n.], 2018.

NASCIMENTO, D. M. A autoconstrução na produção do espaço urbano. In: MENDONÇA, J. G. de; COSTA, H. S. de M. (Orgs.) **Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro**. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2011.

NASCIMENTO, Denise Morado; BRAGA, Raquel Carvalho de Queiroz. Déficit habitacional: um problema a ser resolvido ou uma lição a ser aprendida? **Risco – artigos e ensaios**. São Paulo, V. 9, EESC-USP, 2009.

NUNES, Maria Emília Naves. Interesse público e interesse social. **Revista Virtual Faculdade de Direito Milton Campos**, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <http://ojs.mcampos.br/index.php/RFDMC>. Acesso em: 21/set./2019.

OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e o urbano no Brasil. **Espaço & Debates**, n. 6, jun./set. 1982.

OLIVEIRA, Francisco de. Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita. **Coleção Zero à Esquerda**. Petrópolis: Vozes, 1998.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. **Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR, UFRJ: FASE, 1997.

RIZEK, Cibele Saliba; BARROS, Joana; BERGAMIN, Marta de Aguiar. A política de produção habitacional por mutirões autogeridos: construindo algumas questões. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 5, n. 1, maio/2003.

ROLNIK, Raquel; NAKANO, Kazuo. As armadilhas do pacote habitacional. **Le Monde Diplomatique** Brasil, ano 2, n. 20, março/2009.

ROMANELLI, Luiz Claudio. **Direito à moradia à luz da gestão democrática**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008.

ROYER, Luciana de Oliveira. **Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas**. São Paulo: Annablume, 2014.

SHIMBO, Lúcia Zanin. **Habitação Social de Mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro**. Belo Horizonte: C/Arte, 2012

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista (1978). In: MARICATO, Ermínia. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Loteamentos fechados em cidades médias paulistas – Brasil. In: **Cidades Médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

TEIXEIRA, Roberto Tadeu. **Loteamento de Chácaras** – Parte 1 - Fragmentação desordenada da zona rural e suas sérias consequências ambientais, sociais e econômicas. Disponível em: <http://mundogeo.com/blog/2014/03/15/loteamento-de-chacaras-%E2%80%93-parte-1/>. Acesso em: 15/mar./2019.

ROLNIK, Raquel, NAKANO, Kazuo. **Direito à moradia ou salvação do setor?**. Folha de São Paulo. São Paulo, p. índice geral, 14 mar. 2009.

VEIGA, Daniela Andrade Monteiro. **Descompassos entre quem precisa e para quem se produz habitação no Brasil (1940-2015)**: Análise da distribuição e contratação da produção habitacional do programa minha casa minha vida, 2016. Tese (Doutorado em Arquitetura e urbanismo) Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.